

Veja

27/2/1985

Brasil

A volta por cima de Montoro

Plantou São Paulo no ministério, saneou a economia e recupera popularidade

Poucos governadores começaram tão mal quanto o paulista Franco Montoro. Três semanas depois da posse, manifestantes liderados por deputados do próprio PMDB derrubaram acerca do Palácio dos Bandeirantes. Uma devassa do governo de seu antecessor, Paulo Maluf, deu em nada. Os secretários de Estado falavam mal do chefe. Num episódio dramático também do ponto de vista pessoal, o governador teve de demitir o próprio filho Eugênio Montoro da chefia da Casa Civil. Franco Montoro trocava nomes — numa solenidade, chamou de Délio Nascimento o ministro Délio Jardim de Mattos. A arrecadação do ICM continuava em queda: em 1983, cairia 5,3% em relação ao ano anterior. Caiu 24,3% desde 1980. Desabava, também, a popularidade de Montoro, que chegaria a 49 pontos negativos. Para completar esse quadro de sombras, seu grande rival na política paulista, Paulo Maluf, ameaçava alcançar a Presidência da República.

Na semana passada, poucos governadores tinham tão bons motivos para festejar o segundo aniversário da sua posse. Com os históricos comícios da Praça da Sé e do Vale do Anhangabaú, Montoro, 68 anos e sete filhos, fez com que a campanha pelas diretas já se confundisse com São Paulo. Frustrada a campanha com a derrota da emenda Dante de Oliveira, ele patrocinou o lançamento da candidatura de Tancredo Neves ao Colégio Eleitoral por uma frente de governadores da oposição. Na fase das articulações para a montagem do ministério de Tancredo, falou muito pouco e não fez queixa alguma; acabou levando quatro ministérios para São Paulo, três dos quais entregues a integrantes do seu secretariado. Desde Adhemar de Barros, nenhum outro governador paulista teve tanto peso na política nacional.

Na área econômico-financeira, Montoro pôde saborear um ano sem qualquer escândalo e com algumas boas novas. A arrecadação do ICM, por exemplo, afinal parou de cair, da mesma forma que a produção industrial. Espalhadas pelo interior, as pequenas obras prometidas pela "política de descentralização" já compõem um notável conjunto. Enfim, desde dezembro a divulgação dos resultados das pesquisas de opinião pública deixou de causar sobressaltos no Palácio dos Bandeirantes. Segundo números colhidos pelo Instituto Gallup, a curva de popularidade de Montoro, que despencou desde a sua posse, conseguiu, enfim, aprumar e até recuperar terreno (veja o gráfico na página 22). Para quem amargou recentemente uma impopularidade de 49 pontos negativos, não deixa de ser uma boa notícia ter subido para 33 — e continuar em ascensão, segundo resultados preliminares das mais recentes coletas do Gallup.

IMPRESSÕES DIGITAIS — Convencido de que os ventos soprarão ainda mais favoráveis se o governo Tancredo Neves estiver povoado de auxiliares simpáticos à sua administração, Montoro tem participado das articulações para a montagem do primeiro e segundo escalões com um traço de temperamento que os amigos chamam de "tenacidade" e os adversários, de "teimosia". Tenaz ou teimoso, contribuiu para a ascensão de seu secretário de Governo, Roberto Gusmão, ao Ministério da Indústria e do Comércio, sugeriu a indicação do secretário da Fazenda, João Sayad, para a Secretaria do Planejamento e indicou o secretário do Trabalho, Almir Pazzianotto, para o Ministério do Trabalho. Montoro também deixou suas impressões digitais no esforço para remover alguns vetos do PMDB à presença no ministério do ex-prefeito Olavo Setúbal, um dos líderes do Partido da Frente Liberal em São Paulo. Montoro não o queria no Planejamento, o PMDB menos ainda. Setúbal acabou no Ministério

das Relações Exteriores, o que o contempla com um lugar no gabinete mas o deixa sem uma boa plataforma para lançar-se à disputa do governo de São Paulo em 1986. O futuro ministro Roberto Gusmão entende que Montoro merece esses sinais de gratidão emitidos por Tancredo Neves. "Sem o governo de São Paulo, o Tancredo talvez não fosse hoje presidente da República", acredita Gusmão.

É verdade que Montoro desempenhou um papel de relevo na vitoriosa trajetória de Tancredo. Removeu do caminho as ambições presidenciais do deputado Ulysses Guimarães, insistiu no lançamento de um nome da oposição para a disputa no Colégio depois da derrota da emenda Dante de Oliveira e trabalhou para que esse nome fosse o de Tancredo Neves. Mas o presidente eleito vem fornecendo indícios de que a ajuda prestada por Montoro não justifica outro gordo lote de paulistas no segundo escalão. Nessa faixa, ao menos até agora, o governador de São Paulo não tem sido tão bem-sucedido.

FERVOR RELIGIOSO — Até que se complete a montagem da equipe de Tancredo, todavia, Montoro estará entretido na tarefa de influenciar sua composição. Ele costuma agarrar-se às causas que abraça com fervor religioso — e é esta a sua causa do momento. Teve várias nos últimos meses, e mesmo nas que só abraçou depois de vencer sua própria resistência interior soube exibir a mesma obstinação. Em dezembro de 1983, por exemplo, admitiu a dois interlocutores que não acreditava no êxito da campanha pelas diretas já à época ainda embrionária. "Mas é preciso lutar", ressaltou.

Dias depois, embora sem suspeitar deque a campanha assumiria as gigantescas proporções que acabou alcançando, mudara de idéia. "Depois de uma viagem a Buenos Aires, onde viu as manifestações populares em favor do presidente Raúl Alfonsín, ele voltou convencido de que era preciso fazer o comício da Praça da Sé", conta o senador Fernando Henrique Cardoso. Progressivamente, os palanques da campanha das diretas já mostrariam um Montoro mais seguro, longe das hesitações dos primeiros tempos. Hoje, tal mudança de postura se reflete mesmo na rotina de um homem que já não troca com tanta frequência os nomes das pessoas a que se refere, e já consegue enfrentar as luzes da televisão sem espremer as mandíbulas num esgar de ansiedade, tique que se tornou quase uma marca registrada do início do seu governo.

O deputado Ulysses Guimarães é um dos que sustentam que a administração Montoro mudou, para melhor. O presidente do PMDB prefere creditar boa parte desse êxito ao grupo de auxiliares de Montoro. "Quem faz gol é a equipe, não a estrela do time", compara Ulysses, "e o secretariado de Montoro poderia ser o ministério de Tancredo." Mas ele atesta que a estrela do time melhorou seu desempenho. "Foi o estilo reivindicante de Montoro na política que acabou com seu estilo hesitante de governo", avalia Ulysses. "Hoje, Montoro é o grande esteio do PMDB em São Paulo", afirma o senador Virgílio Távora, do PDS do Ceará.

VIZINHO ESPERTO — Decidido a reter o comando do Estado, Montoro optou por permanecer no cargo até o encerramento do mandato, sem disputar qualquer posto nas eleições de 1986. Com isso, pretende simultaneamente capitalizar as realizações do final do governo e influir de forma decisiva na escolha do seu sucessor. Ele preferiria que o sucessor não fosse o vice-governador Orestes Quércia, inquilino de um gabinete no 1º andar do Palácio dos Bandeirantes, e precisamente por isso tem dispensado mais atenção aos movimentos desse esperto vizinho.

No começo do governo, prefeitos e deputados com dificuldades de acesso ao gabinete do governador transformaram o endereço de Quércia no palácio num muro das lamentações do PMDB e no centro de movimentadas articulações políticas. Hoje, graças à mudança de orientação da Casa Civil, mais receptiva a correligionários visitantes, e sobretudo a

determinações do próprio Quércia, desinteressado em ampliar seu rol de desavenças com Montoro, esse poder paralelo encontra-se praticamente desativado.

Foi também de olhos postos em Quércia que Montoro afinal se dispôs a distribuir às prefeituras e repartições públicas do Estado seu retrato oficial. A princípio, Montoro decidiu que não haveria foto oficial — um "governo democrático", raciocinou, não precisa de um rosto. Quércia entendeu que precisava de dois e distribuiu entre centenas de prefeitos uma foto em que aparece junto com Montoro e que ainda enfeita paredes de prefeituras em todo o interior. Depois de quase dois anos em permanente exibição, só agora essa foto começa a ser substituída pela solitária fisionomia de Franco Montoro.

SEM BATE-BOCAS — Nos primeiros tempos do governo, dezenas de prefeitos acumularam motivos para queixar-se de Montoro — suas reivindicações freqüentemente colidiam com sinais vermelhos emitidos por assessores da área econômica, agarrados à tese de que seria impossível sanear financeiramente o Estado se se mantivessem abertas as comportas das verbas. Nesse trabalho defensivo, agiram com especial rigor o secretário do Planejamento, José Serra, e o secretário da Fazenda, João Sayad. "O Serra vale por cinco braços direitos", disse Montoro, recentemente, a Tancredo Neves. Quando aceso, porém, também o sinal verde dos homens do dinheiro era para valer. "Ouvimos muitas vezes um não", conta Antônio Gomes Serafino, prefeito de Catiguá. "Mas, quando ouvíamos um sim, sabíamos que nosso pedido seria mesmo atendido." Foi justamente por prometer demais antes da hora que o deputado Horácio Ortiz acabou demitido da Secretaria dos Transportes.

Como ocorreu no caso de Ortiz, Montoro se viu compelido a trocar outros secretários de Estado — só a pasta da Segurança Pública, por exemplo, assistiu a três cerimônias de posse em pouco mais de um ano. Mas, à exceção do episódio que desembocou na demissão do filho de Montoro, Eugênio, causa de fundas fissuras na família, nenhuma substituição de secretários paulistas provocou crises de monta. É o contrário do que tem ocorrido no Rio de Janeiro, onde trocas de secretários costumam suscitar pesados bate-bocas entre o defenestrado e o governador. Nessas crises fluminenses, Brizola freqüentemente atira ao ex-auxiliar denúncias de corrupção e favorecimentos suspeitos.

Extremamente apegado à família, Montoro sofreu bastante com o afastamento do filho Eugênio. "Até hoje, quando se toca nesse assunto, ele fica com os olhos cheios de lágrimas", conta um assessor. Esse sacrifício pessoal, contudo, contribuiria para mudar o estilo de governo. Para o lugar do filho, Montoro convocou Roberto Gusmão, então na presidência do Banco de Desenvolvimento do Estado de São Paulo (Badesp), e o novo auxiliar juntou ao rigor de José Serra no tratamento dos gastos públicos um tom mais enérgico na lida com desafios ao governo: A energia foi usada dentro e fora do governo. Certa vez, Gusmão telefonou a um secretário de Estado dizendo que ele deveria desmentir, por ser inconveniente para o governo, uma entrevista que, de fato, dera. No dia seguinte, o secretário desmentiu. Menos de uma semana depois da mudança, professores anunciaram uma passeata-monstro até o Palácio dos Bandeirantes. Gusmão entendeu-se com a Secretaria de Segurança Pública e ficou decidido que os manifestantes seriam bloqueados a centenas de metros do palácio. Evitou-se no nascedouro, assim, uma eventual reedição dos penosos incidentes de 4 de abril, que culminaram com a derrubada de cercados Bandeirantes e saques a centenas de lojas paulistanas.

"CASSETETE DEMOCRÁTICO" — Enquanto durou o trauma do 4 de abril, qualquer manifestação de protesto tomava naturalmente o rumo do palácio, onde autoridades aflitas se comportavam como se estivessem diante de uma rebelião popular." O governo parava, os corredores ficavam cheios de assessores abobalhados", lembra Gusmão. "Agora, basta olhar em volta para ver que o assembleísmo acabou." Na manhã da sexta-feira passada, funcionários de empresas do governo estavam aglomerados junto aos portões do palácio,

reivindicando aumento de salários. Mas os tempos efetivamente são outros. Depois de uma sequência de discursos, um abaixo-assinado passou de mão em mão até ser polidamente recebido por um assessor designado pelo gabinete do governador.

Essas mudanças são atribuídas à incorporação aos instrumentos de trabalho do governo do que se passou a chamar, na intimidade palaciana, de "cassetete democrático". O cassetete democrático não impede as crises de aflorarem, mas quase sempre ajuda a solucioná-las, quando ameaçam escorrer para um impasse. Usa-se o cassetete, portanto, como forma de intimidação. Em abril de 1984, a administração Montoro viu os professores das escolas públicas cruzarem os braços, por motivos de pagamento. Dispensou-se o cassetete, negociou-se e chegou-se a uma solução que acabou custando a cabeça a outra pessoa do círculo das amizades mais tradicionais do governador: o secretário da Educação, Paulo de Tarso Santos.

Em maio, bóias-frias de Guariba e Sertãozinho, no coração do projeto Proálcool, incendiaram canaviais, entraram em choque com os usineiros e foram reprimidos pela Polícia Militar. Correu sangue e houve uma morte. Embainhou-se o cassetete e o governo passou a se valer de palavras amistosas. No caso, as do secretário Almir Pazzianotto, que voltou a São Paulo menos de três dias depois trazendo debaixo do braço um novo acordo salarial assinado entre patrões e trabalhadores — uma avançada e inédita peça de legislação para questões do campo. Não por acaso, Pazzianotto, assim como Gusmão, foi agora convocado por Tancredo.

TESES MIÚDAS — "Politicamente, ele foi beneficiado pela aragem democrática, mas administrativamente é uma catástrofe", critica o presidente da Associação Comercial de São Paulo, Guilherme Afif Domingos, candidato a vice-governador na chapa do PDS soterrada, em 1982, pelos 5,1 milhões de votos atribuídos a Montoro. "Ainda estou esperando pelas obras prometidas durante a campanha: a criação de empregos, o desfavelamento, a construção de casas", endossa Rogê Ferreira, que encabeçava a chapa derrotada do PDT. "Ele se perde em teses miúdas", acha Samir Achôa, deputado federal pelo PMDB paulista.

O secretário José Serra sustenta que essa impressão é enganosa. "Não é verdade que abandonamos as grandes obras para fazer apenas obras pequenas", protesta. "Estamos fazendo obras essenciais em vez de obras de desperdício." Cabe ao governo Montoro, porém, a tarefa didática de provar que obras com bons efeitos sociais nem sempre são sinônimos de obras baratas. "Nosso plano de saúde custa 500 bilhões de cruzeiros", exemplifica Serra. Com esse dinheiro, poderiam ser construídos 1 000 quilômetros de estradas pavimentadas. Em 1985, o governo paulista lidará com uma massa de dinheiro superior a 21 trilhões de cruzeiros — sem contar as empresas do Estado, cujo orçamento alcança 39 trilhões de cruzeiros. Segundo Serra, três das quatro fatias do bolo do Tesouro vão alimentar a área social.

Montoro gosta de enumerar detalhes do conjunto de novidades que implantou. Orgulha-se de que as alfaces que serve nas refeições do palácio vêm de uma horta plantada por sua própria mulher, dona Lucy. Lembra que o Estado financiou 1 200 hortas comunitárias e que só uma cidadezinha com 3 000 habitantes, Mineiros do Tietê, organizou 300 delas. Mas não é plantando verduras que o Estado consome seu prodigioso orçamento social. Entra na conta, por exemplo, o metrô da capital, que deve ganhar até o fim do governo mais 12 quilômetros no eixo Leste-Oeste. O metrô sorverá 1,3 trilhão de cruzeiros — mais que todo o orçamento do Distrito Federal e dinheiro suficiente para colocar vinte pés de alface no prato de cada brasileiro.

Entram na conta, igualmente, os 550 quilômetros de estradas que serão pavimentados durante o ano, além de outros 1 200 quilômetros que começaram a ser abertos, exigindo um investimento de 171,3 bilhões de cruzeiros. "São estradas que beneficiam a produção agrícola, não enriquecem os empreiteiros", esclarece o governador. Sob o nome de "estradas vicinais", constituem um de seus particulares objetos de devoção. Se não corresse o risco de parecer

pejorativo, ele as chamaria de estradas da roça, pois são camadas de asfalto deitadas sobre velhas trilhas por onde a cana, o café e, mais recentemente, a soja e a laranja escorriam com dificuldade, rumo aos centros de distribuição.

Até março de 1987, essa malha rodoviária será ampliada em 2 000 quilômetros, a distância que separa Porto Alegre de Brasília. Então, nenhum paulista estará amais de 10 quilômetros do asfalto — uma proeza de sabores europeus que muitos prefeitos já saboreiam. "Agora, conseguimos escoar toda a nossa produção de álcool e açúcar", comemora o prefeito de Ariranha, Oswaldo João Motta, do PDS. Seu município foi contemplado por duas dessas estradas, uma até Pirangi, outra até Pindorama. Somadas, não chegam a 70 quilômetros, mas resolveram um problema imediato: baratear o preço do produto. "Chega de rodovias monumentais", saúda o prefeito Serafino, de Catiguá.

Outra novidade aplaudida pelos prefeitos são as pontes metálicas que o governo Montoro concebeu ao constatar dois problemas: a Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa) operava a meio vapor, fustigada pela recessão econômica, e as inundações continuavam a atacar a plena carga velhas pontes sobre precários caminhos de terra. Montoro passou a encomendar à Cosipa pequenas pontes metálicas, de fácil instalação e transporte barato. "O próprio prefeito põe a ponte no caminhão e chega à cidade sob aplausos", brinca o governador. Mais de 200 prefeitos já experimentaram essa sensação.

SIGLA EXTINTA — Aos poucos, a "política de descentralização de recursos" prometida pelo candidato Montoro — e que parecia pertencer à coleção de ingenuidades de um homem formado na escola da democracia cristã — vai gerando frutos no mundo real. "Repassar verbas, para o próprio prefeito fazer as obras", decretou Montoro. Essa ordem acabou, por exemplo, com o Fundo Estadual de Construções Escolares (FECE), que no passado enriqueceu grandes empreiteiras com bilionárias concorrências destinadas a erguer escolas. Extinta a sigla, os prefeitos passaram a contratar obras com pequenas empreiteiras regionais, às vezes pela metade do preço, e surgiram 120 000 novas vagas sem bancos escolares.

Essa mesma fórmula foi aplicada à merenda escolar. A cada dia útil, São Paulo dá de comer a 5,4 milhões de crianças, o que equivaleria a alimentar toda a população do Estado do Ceará. Antes, essa verba era centralizada pela Secretaria de Educação, que a transformava em merenda escolar por meio de gigantescas compras de alimentos em centrais de abastecimento. Agora, a verba é repassada às prefeituras, que se encarregam de comprar o que é plantado por perto. Na fórmula antiga, a merenda escolar de Bebedouro, por exemplo, incluía laranjas compradas no CEASA, em São Paulo. Agora, adquirem-se laranjas no próprio município, o maior produtor do mundo. O custo é, naturalmente, muito menor.

Para que essas fórmulas pudessem vingar, o Estado precisou juntar dinheiro e, inevitavelmente, fazer cortes. "Quando dizem que promovi um aperto de cinto mais severo que o do Delfim, não lamento", diz José Serra. "Não me importo de ser comparado a ele na austeridade." Expoente de um grupo de economistas ligados ao PMDB e identificado por tendências supostamente estatizantes, Serra mirou a tesoura precisamente na direção das empresas do Estado — gigantescas, deficitárias e tradicionais cabides de emprego do clientelismo político. De 1983 para 1985, reduziu em um quinto o aporte de dinheiro que o tesouro estadual era obrigado a fazer, ano após ano, para tapar os rombos das empresas.

GASTOS INÚTEIS — "Para os gastos, elas se comportavam como empresas estatais. Na hora de faturar, como se fossem particulares", resume Serra. O governo decidiu que elas teriam de ser competitivas, disputar no mercado. Não se deu mais trela à rombuda burocracia estatal. Para se contratar, hoje, na Sabesp ou na Eletropaulo, um mero contínuo, a Secretaria do Planejamento tem de dar licença. Criou-se até uma versão regional da Sest, que controla os gastos das empresas da União — a Coordenação de Investimentos de Empresas e

Fundações, CIEF. Cortou-se nos gastos inúteis, cortou-se também no pessoal: dos 150 000 empregados em empresas públicas, pelo menos 8 000 foram demitidos— ou deixaram de ser substituídos, como prefere Serra. Só na Vasp, 2 000 cargos evaporaram. Em 1982, a Vasp estava para fechar. Em 1984, empatou, na despesa e na receita. Em 1985, terá um superávit.

Depois de dois anos, Montoro parece firme ao leme de uma máquina grandiosa. O governo paulista tem 600 000 funcionários, controla um orçamento de 20,8 trilhões de cruzeiros, inferior apenas ao da União. E administra um Estado que fabrica cifras impressionantes. A renda per capita dos paulistas é de 4 000 dólares, contra os 1 627 da média brasileira. O Estado detém 65% da produção industrial do país, e dentro de suas divisas circulam mais de 4 milhões dos veículos cadastrados no Brasil. É responsável, enfim, por 39% do Produto Interno Bruto.

Montoro gosta de exibir números e projeções desse gênero para retrucar a adversários que lhe apontam deficiências. Ele não tem, por exemplo, o senso de humor de Tancredo Neves, nem o carisma pessoal de Leonel Brizola, nem a ostensiva severidade de Roberto Magalhães. Despido de brilho intelectual, vive num mundo de pessoas que sabem muitas coisas. Mas, por poucas que sejam as coisas que saiba, nelas acredita piamente, ainda que aborreçam seus interlocutores. Sobretudo, esse ideólogo do trivial variado acredita em André Franco Montoro.

O ICIW volta a crescer

A preços de 1984— em Cr\$ milhões

6 561 — 1980

5 994 — 1981

6 238 — 1982

5 339 — 1983

4 974* — 1984

5 200** — 1985

• Projeção de agosto

•• Estimativa

A popularidade volta a sorrir

-2 — JUN 1983

-28 — SET 1983

-44 — FEV 1984

-49 — JUL 1984

-33 — DEZ 1984

A área social ganha mais

% da participação dos setores de saúde, educação, assistência social, segurança, justiça e transportes: nos orçamentos de São Paulo

64,34 — 1980

62,56 — 1981

61,39 — 1982

62,43 — 1983

71,75 — 1984

73,78 — 1985

(Páginas 20 a 25)